

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

YOUTH AND ADULT EDUCATION LIKE SOCIAL TRANSFORMATION INSTRUMENT

Gilson Luiz Rodrigues Souza¹

Luziene Aparecida da Silva²

RESUMO

O trabalho aborda a importância da Educação de Jovens e Adultos (EJA), enfatizando a transformação social pela qual o indivíduo passa. Buscando as trajetórias e os caminhos percorridos, cheios de avanços e também recuos, através de um histórico desde as primeiras iniciativas desta modalidade de ensino, possibilitando uma reflexão sobre o tema. Este trabalho também mostra as possibilidades e a viabilidade de uma EJA construída na criticidade, na ética, com metodologia adequada, formação docente e discente de qualidade, direitos que todos possuem, na autonomia do sujeito e levando em consideração a realidade e as riquezas culturais que cada um possui. Os benefícios são dos estudantes e da própria Sociedade, pois um novo sujeito nasce e passa a enxergar o mundo sob outro prisma, pertencente à sociedade letrada, com a oportunidade de elevar os níveis educacionais, aumentar a auto-estima, qualificar-se profissionalmente, ser mais ativo na sociedade, assumindo-se como um cidadão consciente. Convidamos, assim, o leitor, a não só uma viagem, mas, também a repensar sobre a importância e as conseqüências sociais de um programa de Educação de Jovens e Adultos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Autonomia; Alfabetização; Jovens e Adultos; Transformação Social.

ABSTRACT

The paper discusses the importance of Youths and Adults Education (EJA), emphasizing the social transformation whereby the individual passes. Seeking the paths and the paths traveled, full of advances and retreats also, through a history from the earliest initiatives of this type of education, enabling reflection on the subject. This work also shows the possibilities and feasibility of EJA built in criticality, ethics, with appropriate methodology, teacher training and student quality, that everyone has rights, the autonomy of the subject and taking into consideration the reality and the cultural riches that each one possesses. The benefits are the students and the society itself, as a new guy comes and starts to see the world in a different light, belonging to literate society with the opportunity to raise educational levels, enhance self-esteem, qualify professionally, be more active in society, assuming as a concerned citizen. We invite thus the reader, not just a trip, but also to rethink the importance and the social consequences of a program of Youth and Adults Education.

KEYWORDS: Education; Autonomy; Literacy; Adult and Youth; Social Transformation.

¹ Mestrando em Turismo e Meio Ambiente pelo Centro Universitário UNA. Especialista em Gestão Educacional: Coordenação, Supervisão e Direção pelo Centro de Ensino Superior de São Gotardo. Aperfeiçoamento em Educação de Jovens e Adultos pela Universidade Federal de Uberlândia. Licenciado em Pedagogia pela Universidade de Uberaba e em História pelo Centro Universitário Newton Paiva. Professor Universitário e Coordenador do Departamento de Estágio Supervisionado do Centro de Ensino Superior de São Gotardo desde 2006. Professor da Educação Básica desde 1995. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/8435741689596078>.

² Licenciada em Pedagogia pelo Centro de Ensino Superior de São Gotardo.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número IV Jul-dez 2011	Trabalho 07 Páginas 89-110
http://www.periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

1 – INTRODUÇÃO

Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade da qual participam aqueles que não frequentaram a escola durante a infância ou na adolescência, geralmente chamada de “*idade ideal*”. Os motivos pelos quais não estudaram, frequentemente, são alheios à vontade de cada um: difícil acesso à escola, ajudar os pais no trabalho braçal, falta de incentivo ou de conscientização da importância dos estudos para a vida futura...

Já os motivos pelos quais voltam a estudar são a busca de profissionalização, crescimento pessoal, serem mais ativos e participantes na sociedade, sentir-se úteis perante o grupo social, dentre vários outros.

Assim, afirma DI PIERRO, JÓIA e RIBEIRO (2001, p. 01):

Educação de jovens e adultos é um campo de práticas e reflexão que inevitavelmente transborda os limites da escolarização em sentido estrito. Primeiramente, porque abarca processos formativos diversos, onde podem ser incluídas iniciativas visando à qualificação profissional, o desenvolvimento comunitário, a formação política e um sem número de questões culturais pautadas em outros espaços que não o escolar.

O problema do analfabetismo e do acesso e da permanência na escola é uma questão pedagógica, social, econômica, política e de toda a sociedade. A busca pela profissionalização, não só por parte do aluno que tem interesse em não permanecer estagnado, mas também da necessidade de mercado, é essencial.

Educação de Jovens e Adultos não é somente aprender a leitura e a escrita. É uma modalidade onde o aprendizado acontece de maneira formal e informal, extrapolando os espaços escolares e não escolares, levando em consideração toda uma estrutura social e o contexto no qual está inserido o aluno.

Muitas vezes, a distância entre política e prática não permite uma verdadeira Educação de Jovens e Adultos. Os entraves sócioeconômicos não permitem a aceleração do processo de construção cognitiva, não só para a EJA, mas também para o ensino regular, uma vez que as pessoas estão à mercê das pretensas políticas públicas.

As Políticas Públicas nem sempre contemplam a educação como deveria. Porém, é perceptível um avanço desde os anos 80 do século XX. Para Carlos Cury (2002, p.12),

Conhecer as leis é como acender uma luz numa sala escura cheia de carteiras, mesas e objetos. As leis acendem uma luz importante, mas elas não são todas as luzes. O importante é que um ponto luminoso ajude a seguir o caminho.

Para que a Educação de Jovens e Adultos aconteça, é preciso que extrapole os limites legais, que ela aconteça na prática, obedecendo a metodologias adequadas, infra-estrutura, profissionais capacitados e respeitando, é claro, a diversidade e realidade de cada aluno. Não é suficiente ter leis contemplativas, se não se concretizam, se diretores, professores e até mesmos alunos são negligentes na prática. Não querendo tirar a responsabilidade do Estado, as leis devem dar suporte legal, mas o povo também é responsável pelas suas ações e cobranças, caso elas não aconteçam. Todos devem estar envolvidos para que mudanças aconteçam e possam enriquecer a Educação de Jovens e Adultos.

Desde 1990, a UNESCO promove conferências sobre os desafios e possibilidades da Educação de Jovens e Adultos, como a V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos, realizada em 1997, em Hamburgo (Alemanha), cujo Documento Final afirma:

Por educação de adultos entende-se o conjunto de processos de aprendizagem, formais ou não formais, graças aos quais as pessoas cujo entorno social considera adultos, desenvolvem suas capacidades, enriquecem seus conhecimentos e melhoram suas competências técnicas ou profissionais ou as reorientam, a fim de atender suas próprias necessidades e as da sociedade. A Educação de Adultos compreende a educação formal e permanente, a educação não formal e toda a gama de oportunidades de educação informal e ocasional existentes em uma sociedade educativa e multicultural, na qual se reconhecem os enfoques teóricos e baseados na prática. (UNESCO, 1997)

A Educação acontece de diversas maneiras formativas e transborda os limites da escola, principalmente a modalidade de ensino para Jovens e Adultos, pois são pessoas que levam para a sala de aula vivências e experiências riquíssimas, que devem ser aproveitados pelo professor, beneficiado a construção

cognitiva dos estudantes, pois, respeita a *zona de desenvolvimento proximal*³ (VYGOTSKY, 1984) deles.

Que a educação seja o processo através do qual o indivíduo toma a história em suas próprias mãos, a fim de mudar o rumo da mesma. Como? Acreditando no educando, na sua capacidade de aprender, descobrir, criar soluções, desafiar, enfrentar, propor, escolher e assumir as consequências de sua escolha. Mas isso não será possível se continuarmos bitolando os alfabetizando com desenhos pré-formulados para colorir, com textos criados por outros para copiarem, com caminhos pontilhados para seguir, com histórias que alienam, com métodos que não levam em conta a lógica de quem aprende. (ROCHA *et al*, 2002)

Portanto, a educação deve acontecer de maneira que o aluno sinta-se parte dela, esteja inserido em todo seu processo. A educação verdadeira deve levar em consideração a realidade, a diversidade cultural dos estudantes: *quem são eles?* O professor deve ser um pesquisador, rever suas posturas e atitudes, ser um profissional especial, capacitado para atender com qualidade os Jovens e Adultos.

É importante observar que uma sociedade, com um nível de alfabetização alto, terá maiores possibilidades para ajudar a construir o futuro de uma nação. Portanto, a EJA tem como meta transformar para o exercício da cidadania e para a vida profissional, formar cidadãos com pensamento crítico e que venham a colaborar para um mundo melhor.

É grande o movimento de jovens e adultos voltando para as salas de aula. Mesmo quem já sabe ler e escrever está procurando estudar mais, para que possa obter um diploma e com ele a oportunidade de um emprego melhor e ocupar um papel consciente de cidadão com direitos e deveres.

São muitos os jovens e adultos que não tiveram a chance de concluir a educação básica, mas, muitos não nem sequer tiveram a oportunidade de acesso aos primeiros anos escolares e, nesse caso, não sabem nem escrever um bilhete. Alfabetizar todos os cidadãos deve ser prioridade na Educação Nacional.

O analfabetismo ainda é grande, mas a educação já conseguiu dar alguns passos para combatê-lo, graças a instituições de ensino, empresas, sindicatos e organizações não-governamentais. Se a educação é um direito de todos,

³ "A Zona de Desenvolvimento Proximal define aquelas funções que ainda não amadureceram, mas que estão em processo de maturação, funções que amadurecerão, mas que estão, presentemente, em estado embrionário" (Vygotsky, 1984, p. 97).

independentemente da idade, como diz a Constituição de 1998 (BRASIL, 1988, Artigo 205), tem que se dar à EJA a mesma atenção oferecida aos outros segmentos do ensino.

2 – A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CENÁRIO BRASILEIRO

A primeira iniciativa de Educação de Jovens e Adultos no Brasil veio com a chegada dos padres jesuítas, em 1549, que catequizavam de nativos a colonizadores, com teor muito mais religioso do que educacional. Neste momento, a preocupação era com os adultos. Com a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, o ensino passa por uma desorganização. E somente no Período Imperial volta a ser organizado, com ensino noturno denominado Educação ou Instrução Popular. (CARVALHO, 2009).

A Constituição de 1824 (BRASIL, 1824) trazia em belíssimas palavras, no seu artigo 179, inciso XXXII, que “a Instrução primaria, e gratuita a todos os Cidadãos” era um direito civil inviolável dos brasileiros. Todavia, a Lei Saraiva, de 1882, proibia o voto no analfabeto (PAIVA, 2003). Portanto, a escolarização era associada à ascensão social e o analfabetismo à incapacidade e incompetência. Em 1890, conforme dados do censo, a população total de analfabetos, no Brasil, era de 85,63%, na população de cinco anos e mais de idade (Loureiro, 1984, p. 51).

Em 1910, o problema da escolarização chama atenção, pois os direitos de ler e escrever eram negados a quase 11 milhões e meio de pessoas com mais de 15 anos, segundo dados do IBGE (*apud* INEP, 2003, p.06)

Após 1910, alguns grupos de médicos, intelectuais e indústrias se mobilizaram para promover campanhas de alfabetização, chamadas de Ligas, que tinham como prioridade aumentar a população de eleitores no país. (CARVALHO, 2009).

Em 1920, o número de analfabetos girava em torno de 65% (IBGE *apud* INEP, 2003, p. 06). Mais uma vez, na Constituição de 1934, também era mencionada a necessidade de educação para jovens e adultos (BRASIL, 1934, Art.

150), mas isso só se tornou oficial com o Decreto nº 19.513, de 25 de agosto de 1945 (BRASIL, 1945, Art. 4º).

Logo após, campanhas e projetos foram criados para oferecer o direito a oportunidade, negados antes, o que seria a educação para todos. Dentre esses se destaca o primeiro Congresso de Educação de Adultos em 1947, que trazia como discussão “ser brasileiro é ser alfabetizado”,

Abriu-se, então, a discussão sobre o analfabetismo e a educação de adultos no Brasil. Nessa época, o analfabetismo era visto como causa (e não como efeito) do escasso desenvolvimento brasileiro. Além disso, o adulto analfabeto era identificado como elemento incapaz e marginal psicologicamente e socialmente, submetido à menoridade econômica, política e jurídica, não podendo, então, votar ou ser votado. (CUNHA, 1999)

Nesse mesmo ano iniciou a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), liderada por Lourenço Filho, que pretendia melhorar os níveis educacionais dos adultos e conseqüentemente das crianças, onde ele achava diferentes e indissociáveis esses dois tipos de educação. Lourenço Filho teve um papel fundamental na Campanha Nacional de Educação de Adultos (1947), e visava mostrar o caminho para elevar níveis educacionais onde seria preciso fornecer o direito de educação negado até então aos jovens e adultos. A Campanha Nacional de Educação de Adultos, não trouxe nenhuma revolução, mas serviu para se repensar na proposta pedagógica em torno do analfabetismo e suas conseqüências psicossociais, rompendo com algumas visões de preconceito sobre essa modalidade de ensino. (CARVALHO, 2009).

Um ponto desagradável e negativo, que às vezes acontece contra a EJA, é o preconceito palavra, que não deveria existir para Adultos e Jovens dessa modalidade de ensino; melhor dizendo, nenhum preconceito tem justificativa, em especial esse, pois já são pessoas tão sofridas, com dificuldades diversas, que foram excluídas do ensino de educação formal, mas isto infelizmente acontece. O preconceito existe por parte da sociedade e até mesmo dos alunos. Talvez o preconceito por parte dos alunos seja pela falta de informação, auto-estima baixa e insegurança transformada nessa atitude errônea. Muitas vezes, esses estudantes são vistos como pessoas que não conseguem aprender, marginalizadas, incapacitadas para voltar a estudar, pessoas que já passaram da idade para

aprender, repetentes, descompromissados, mas que, na verdade tiveram “apenas” o direito aos estudos negado. Mesmo assim, não é justificativa para tal ato preconceituoso.

Segundo SOARES (1996), eram:

O investimento na educação como solução para problemas da sociedade; o alfabetizador identificado como missionário; o analfabeto visto como causa da pobreza; o ensino de Adultos como tarefa fácil; a não necessidade de formação específica; a não necessidade de remuneração, devido à valorização do “voluntariado”. A partir daí, então, iniciou-se um processo de mobilização nacional no sentido de se discutir a Educação de Jovens e Adultos no país.

Pesquisas e teorias psicológicas mostraram que eram, sim, capazes os alunos adultos de aprenderem e apreenderem. Assim, um novo paradigma surgia: o analfabetismo, que era visto antes como motivo da pobreza e da marginalização, agora era visto como efeito da mesma, devido a uma sociedade cheia de desigualdades. A idéia que nascia era que a educação deveria refletir na estrutura social que o analfabetismo transmitia. Daí, surgiram a Campanha de Educação Rural, iniciada em 1952 e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo em 1958. Também nesse mesmo ano aconteciam ações necessárias e práticas, visando o combate ao analfabetismo, como o segundo Congresso Nacional de Educação de Adultos, onde as propostas do grande autor Paulo Freire eram vistas como revolução na educação de adultos.

Mas somente nos anos 60 um importante passo foi dado com a ajuda de Paulo Freire. Sem dúvida, ele traria uma revolução ao sistema educacional brasileiro, assim como novos paradigmas pedagógicos para a Educação de Jovens e Adultos. Depois disso, movidos pela política e cultura da época, eram criados movimentos sociais que levantariam a bandeira da importância de uma educação de adultos crítica, voltada para a mudança social e não só adaptação da sociedade a processos de modernização. (CARVALHO, 2009).

A proposta pedagógica que nascia era apontada para a criticidade dos alunos jovens e adultos enquanto sujeitos de aprendizagem e de transformação social. Alguns exemplos foram: MEB - Movimento de Educação de Base, programa rádio-educativo criado na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, com o apoio

do Governo Federal, em 1961; CPC – Centro Popular de Cultura, Movimento de Cultura Popular – MCP e a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler – CPCTAL em 1963. O primeiro movimento estava voltado para a qualificação profissional e também visava aumentar os números de eleitores; os demais tinham como meta atender as populações mais desfavorecidas, orientados pela proposta metodológica de Paulo Freire.

Durante o Regime Militar (1964-1985), houve perseguição e repressão para esses movimentos e seus integrantes. Em 1967, o governo permitiu a criação do MOBRAF - Movimento Brasileiro de Alfabetização, depois chamado de Fundação Educar, tendo como maior objetivo acabar com analfabetismo. Paulo Freire foi obrigado a se exilar por causa da perseguição, mas mesmo exilado estava preocupado com a educação do país. Sinal disso são suas obras escritas durante o isolamento: “Pedagogia como Prática de Liberdade” (1989) e, depois, “Pedagogia do Oprimido” (1987), onde ele quis falar do descaso e da repressão que se passava na época. Sem dúvida, ele foi um autor de grande coragem, pois as pessoas eram proibidas até de pensar, o que diria escrever palavras que traziam ou faziam apologia à revolução. (CARVALHO, 2009).

Em 1996, a LDB – Lei de Diretrizes e Bases – (BRASIL, 1996) dedicou à EJA toda uma seção, mas uma vez prometendo, em um dos seus artigos: A Educação de Jovens e Adultos será destinada aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. No ano de 1997, o Programa Alfabetização Solidária (PAS), criado pelo MEC, foi coordenado pelo Conselho da Comunidade Solidária, e tinha também apoio da Presidência da República, que tinha como objetivo sensibilizar e criar um movimento solidário para erradicar o analfabetismo. No ano de 2000, as Diretrizes Curriculares Nacionais definiram os objetivos da EJA: restaurar o direito à educação negado aos Jovens e Adultos, oferecer a eles igualdade de oportunidades para a entrada e permanência no mercado de trabalho e qualificação para uma educação douradora.

Historicamente, a Educação de Jovens e Adultos, no cenário brasileiro, nasce da união e compromisso estabelecido entre a alfabetização e a educação popular. Aquela concebida como um processo de grande extensão e profundidade, destinando-se a grandes contingentes populacionais, ao mesmo tempo em que contribuísse para que estas pessoas voltassem a acreditar na possibilidade de mudança e melhoria de suas vidas ao poderem "ler o mundo e, ao lê-lo, transformá-lo". (FREITAS, 2009)

Como já visto, a tentativa de acabar com o analfabetismo existe desde o século XIX, e sem alcançar êxito total até o momento. Desde a primeira Constituição monárquica e outras leis criadas ao decorrer dessa caminhada, a promessa é educar a todos. A indústria, já no século passado, com escassez de mão-de-obra especializada, procurou dar apoio à educação de adultos. O Regime Militar tentou acabar com a iniciativa do Centro Popular de Cultura e o Movimento de Educação de Base entre outros, oferecendo o Mobral, o que também aconteceu sem muito sucesso. A Educação de Jovens e Adultos teve um grande apoio por parte dos movimentos sociais, mas quem deu impulso para que a educação acontecesse foi Paulo Freire, a partir dos anos 60.

O Brasil participou de conferências no exterior, comprometendo-se a eliminar o analfabetismo. A LDB (BRASIL, 1996) dedicou à EJA toda uma seção; o Governo Federal lançou, em 1997, a Alfabetização Solidária, hoje uma ONG atuante em 2010 municípios; e, em 2001, o Projeto Recomeço (rebatizado de Fazendo Escola), que oferece recursos para compras de materiais e pagamentos de professores de EJA, para municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano. Foram as Diretrizes Curriculares Nacionais de 2000 que definiram os objetivos da EJA: restaurar o direito à educação negado aos jovens e adultos, oferecer a eles igualdade de oportunidades, para a entrada e permanência no mercado de trabalho e qualificação para uma educação permanente. (CARVALHO, 2009).

Ao mesmo tempo em que é grande o número de pessoas interessadas em voltar a estudar, é também grande e preocupante a evasão. E, às vezes, o professor e a escola podem reduzir a ocorrência da evasão, pois estes devem conquistar, ou melhor, tentar reconquistar esse aluno, para garantir que ele não abandone a escola. Para isso, é interessante usar métodos apropriados, criativos,

conhecendo a realidade do aluno, respeitando os horários de quem trabalha e estuda e, principalmente, valorizando a sua bagagem, que pode ser muito útil no dia-a-dia da sala de aula. E, conquistando esse aluno, o professor pode estimulá-lo para que, depois do processo de alfabetização, dê continuidade aos estudos.

3 – A IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos deve estar fundamentada na ética, no respeito à dignidade, e na própria autonomia do aluno. É preciso romper com a barreira de concepções e posturas que esnobam aqueles que não tiveram acesso a certas formas de cultura. Portanto, a ética deve ser inseparável da prática educativa.

É preciso, sobretudo, e aí já vai um destes saberes indispensáveis, que o formando, desde o princípio mesmo de sua experiência formadora, assumindo-se como sujeito também da produção do saber, se convença definitivamente de que ensinar não é *transferir conhecimento*, mas criar possibilidades para a sua produção ou a sua construção. (FREIRE, 2006, p. 22)

Para quebrar com o paradigma de que o professor é o dono do saber, ele deve estar desarmado, preparado para assumir o compromisso de troca de experiências. Nenhum aluno chega à escola sem alguma bagagem cultural, sem conhecimento prévio, em especial adultos e jovens que já possuem certa vivência, e isso é de extrema importância para criar uma ambiente favorável à construção do aprendizado.

A educação das massas se faz, assim, algo de absolutamente fundamental entre nós. Educação que, desvestida da roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e de libertação. A opção, por isso, teria de ser também entre uma educação para a “domesticação”, para a alienação, e uma educação para a liberdade. “Educação para o homem-objeto, a liberdade ou educação para o homem-sujeito”. (FREIRE, 1989, p. 37)

Logo, ninguém é melhor que outro somente porque estudou, cursou uma graduação e teve direito à educação formal. O que existe são culturas diferentes, desigualdade e leituras de mundo. Segundo o Freire (2006, p. 23) “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende, ensina ao aprender”. O professor deve estar capacitado para que, juntamente com o aluno, possa despertar nele sua autonomia.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número IV Jul-dez 2011	Trabalho 07 Páginas 89-110
http://www.periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

Não se é apenas mais um ser no mundo: tem-se um compromisso consigo mesmo e com o mundo.

É exatamente neste sentido que ensinar não se esgota no “tratamento” do objeto ou do conteúdo, superficialmente feito, mas se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível. E essas condições implicam ou exigem a presença de educadores e de educandos criadores, investigadores, inquietos rigorosamente, curiosos, humildes e persistentes. Faz parte das condições em que aprender criticamente é possível à pressuposição por parte dos educandos de que o educador já teve ou continua tendo experiência da produção de certos saberes e que estes não podem a eles, os educandos, ser simplesmente transferidos. (FREIRE, 2006, p. 26)

É preciso que o educador e o educando tomem consciência da responsabilidade do sujeito na sua própria aprendizagem e que ela seja significativa e o sujeito agente transformador. Espera-se um cidadão crítico, e que se entregue ao poder da educação, e que esse sujeito, já transformado, apague de seu cotidiano a ingenuidade e faça nascer e aflorar o pensamento crítico.

Como se aprende, qual é a percepção diante de variados textos? Como se usa a tecnologia como celular, TV, DVD, micro-ondas, entre outros, se deles se necessita em suas vidas? As pessoas estão preparadas para lidar com estas tecnologias? Embora este seja um assunto complexo no aspecto social, econômico e cultural.

Como o aluno de EJA aprende? Ele aprende da mesma forma que uma criança?

Ele não aprende a lidar com as novas tecnologias da mesma forma! Assim como cada um aprende de maneira única e diferenciada, cria-se estratégias próprias e condições para que a verdadeira aprendizagem aconteça. A construção da leitura e da escrita também acontece de maneira diferente e única em cada indivíduo. E ele é responsável, também, pela construção do seu aprendizado, ele é o sujeito de seu conhecimento, ele aprende de forma única; por isso a educação bancária (FREIRE, 1984, p. 65-68) comprova sua invalidade.

E quem representa essa parcela de alunos são mulheres e homens, adultos, jovens e idosos, trabalhadores com baixa renda, desempregados, presidiários, afro-descendentes, moradores de periferias, pessoas injustamente discriminadas, desfavorecidas de oportunidade ao emprego, moradia, lazer, saúde e

cultura. Essas condições não foram desejadas por eles, é fruto de uma exploração desumana, historicamente marcada pela economia e pela cultura social do Brasil.

Nesse sentido, olhar os jovens e adultos em suas trajetórias humanas e contextualizadas nos permite vê-los como protagonistas do seu tempo que reivindicam a condição de ser sujeito de todos os direitos humanos: direito à educação, ao lazer, à cultura, ao trabalho, bem como o direito à moradia, à saúde, à vida, ao afeto, aos recursos tecnológicos, enfim, direito à diversidade. (ABRAMOWICZ, 1997)

Mulheres, homens, jovens, idosos, crianças são todos capazes de aprender. Alguns podem possuir algumas limitações, mas, sim, são capazes, a partir do respeito à diversidade e individualidade que cada um possui, pois Paulo Freire já dizia: “onde quer que haja mulheres e homens há sempre o que fazer, há sempre o que ensinar, há sempre o que aprender” (Freire, 2004, p.84).

Para Abramowicz, (1997),

A escola não pode tudo, mas pode mais. (...) É possível fazer uma pedagogia que não tenha medo da estranheza, do diferente, do outro. A aprendizagem é destoante e heterogênea. Aprendemos coisas diferentes daquelas que nos ensinam, em tempos distintos, (...) mas a aprendizagem ocorre, sempre. Precisamos de uma pedagogia que seja uma nova forma de se relacionar com o conhecimento, com os alunos, com seus pais, com a comunidade, com os fracassos (com o fim deles), e que produza outros tipos humanos, menos dóceis e disciplinados.

É preciso conhecer o educando de EJA criticamente e lançar um olhar especial sobre as condições de injustiças, desigualdade, violência, descaso e abandono em que os alunos de Educação de Jovens e Adultos se encontram. É preciso também entender a diversidade existente entre alunos de EJA, que são pessoas com posturas, situações e idéias variadas. É necessária uma reflexão a respeito da pluralidade dos alunos e o currículo deve ser diferenciado, aproveitando as experiências que cada aluno possui. Sendo assim, o ensino deve ser maleável e flexível.

Todos devem possuir o direito de aprendizagem, indiferente se são crianças, jovens, adultos, idosos, sem distinção de cor, raça, religião, gênero, condição social ou econômica.

Torna-se urgente que a escola reconheça o educando da EJA como sujeito de aprendizagens, com potencialidades múltiplas para aprender e desenvolver várias e diversas inteligências e habilidades mediadas pelo diálogo e interação com Outro (professor, sociedade e tecnologias). É fundamental compreendermos que todos têm direito de aprender e que a aprendizagem é uma condição humana e está presente para além das salas de aulas, está nas múltiplas trajetórias de vida, de saberes sociais, de práticas de sobrevivência e de experiências profissionais dos educandos da EJA. (ABRAMOWICZ, 1997)

Portanto, é importante termos políticas públicas voltadas para Educação de Jovens e Adultos, para que existam direitos legais garantidos em legislações, e que esses direitos sejam usufruídos pela sociedade, como o direito de “Educação para Todos”. E assim, caso a lei não cumpra seu papel, o cidadão possa ter condições para cobrar e reivindicar pelos seus direitos.

4 – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: SOCIEDADE E TRABALHO

A indústria, já no século passado, buscava mão-de-obra qualificada, e hoje não é diferente, pois, cada vez mais o mercado de trabalho se torna exigente. E ao mesmo tempo em que é crescente o desemprego, cresce também a busca por profissionais capacitados. E a educação é, sem dúvida, o caminho para a profissionalização.

Mas este é um dos problemas, pois o número de pessoas analfabetas é ainda grande e torna-se difícil a tarefa de conseguir um bom emprego, pois a cobrança por trabalhadores qualificados é crescente. Por isso, um dos motivos pelos quais adultos e jovens estão voltando a estudar é na tentativa de uma posição profissional melhor, bom salário e realização pessoal. Portanto, uma das funções da educação é formar para a vida profissional, pois o direito ao trabalho é uma afirmação de cidadania e inclusão social.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), lei nº 9394/96, em sua seção V, “Da Educação de Jovens e Adultos” (BRASIL, 1996):

Art. 37 – A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º - Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular; oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número IV Jul-dez 2011	Trabalho 07 Páginas 89-110
http://www.periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º - O poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Ter direito à educação é a afirmação de cidadania. Embora definir cidadania seja complexo, ser cidadão seria participar, com consciência, na sociedade, possuir um emprego, ter direitos e cumprir deveres. Sabe-se que a educação é ou deveria ser um direito de todos e é um dever do Estado; também se sabe que a educação não foi permitida a uma grande maioria, principalmente aos menos favorecidos. Deve haver, porém, coerência entre as leis e seus cidadãos. Crê-se apenas que, um sujeito depois de fazer parte de uma educação transformadora e reflexiva, não seja o mesmo sujeito e cidadão de antes, pois a educação tem o poder de transformar as pessoas de maneira positiva. Quando um Jovem ou Adulto participa de uma modalidade educativa, ele se sente mais capaz, sua auto-estima aumenta e estará confirmando sua cidadania.

O mundo de trabalho envolve ações políticas, econômicas, sociais e culturais. O trabalho é forma de sobrevivência que esteve e sempre vai estar presente na sociedade.

Karl Marx afirmava, que:

[...] trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural como uma forma útil para a sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (...) Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção do favo de suas colméias. Mas, o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo na cera. No fim do processo de trabalho, obtém-se um resultado que, já no início deste, existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente. (Marx, 1983, p. 149)

A sociedade está sempre passando por transformações e isso traz impactos sociais e a tecnologia é um destes impactos. Cada um desempenha um papel fundamental e distinto na sociedade. A regra de “Ordem e Progresso” não se

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número IV Jul-dez 2011	Trabalho 07 Páginas 89-110
http://www.periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

aplica sempre, pessoas são submissas e exploradas por outra, mas isto é complexo, como é também o próprio ser humano. Mas nem por isso, se deve deixar de sonhar e levantar a bandeira por uma sociedade mais justa e libertadora pelo conhecimento.

Apesar de viver em uma era de tecnologia e ciência, milhares de pessoas são privadas e excluídas de tais benefícios. Em muitos casos, a pessoa pode até possuir tecnologia, mas não tem o conhecimento para usufruir dela. Um exemplo é uma pessoa sem escolaridade ter que depender de outra para controlar a televisão, ou ter que esperar pela boa vontade de alguém para fazer uma ligação telefônica.

A crise do desemprego é um desafio à sociedade; com isso surge um questionamento: a educação não está formando força de trabalho capacitada? Assim como todos devem ter direito à educação, devem ter também a oportunidade ao trabalho, pois o trabalho traz benefícios, como realização pessoal, desenvolvimento de aspectos cognitivos, dignidade e sobrevivência.

Com o avanço tecnológico, máquinas, querendo ou não, vem substituindo a mão-de-obra. Mas, para trabalhar nessa parceria máquina e ser humano, o mercado procura trabalhadores aptos para lidar com a tecnologia, pois ela está presente em todos os lugares, campo e cidade.

A sociedade passa por um momento de mudança que vem para desafiar a economia, a administração, a sociologia do trabalho e a educação, entre outros.

A EJA deve ter como função preparar para a vida profissional, deve desenvolver competências e aptidões, suprir necessidades do mercado atual, redefinir papéis, perspectivas e estratégias.

A tecnologia de comunicação e informação deve estar presente dentro dos processos educativos. A informática é uma disciplina necessária nesse espaço, pois ela é uma maneira do aluno se torna ativo em seu processo de conhecimento, e vai ser muito útil na vida desse aluno.

O ato de cozinhar. Por exemplo, supõe alguns saberes concernentes ao uso do fogão, como acendê-lo, como equilibrar para mais, para menos, a chama, como lidar com certos riscos, mesmo remotos, de incêndio, como harmonizar os diferentes temperos numa síntese gostosa e atraente. A prática de cozinhar vai preparando o novato, ratificando alguns daqueles saberes, retificando outros, e vai possibilitando que ele vire cozinheiro. (FREIRE, 2006, p. 21-22)

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número IV Jul-dez 2011	Trabalho 07 Páginas 89-110
http://www.periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

Portanto, a satisfação de uma pessoa adulta, que cozinha há muito tempo, com anos de prática, pode ter o prazer de escrever e trocar receitas culinárias. Ou também, em outro exemplo, pessoas que não precisam mais da ajuda de outra para poder trocar o canal da televisão, poder ir ao banco e conseguir sacar, depositar seu dinheiro no caixa eletrônico, sem ajuda de terceiros.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre a importância e consequências de um programa de Educação de Jovens e Adultos, possibilita, reviver a trajetória dessa modalidade de ensino que, apesar de ter tido início há décadas, ainda não obtém sucesso total, mas que já sofreu algumas mudanças significativas. No entanto, é necessário que ela se fortaleça e muitos investimentos e melhorias sejam feitas, como infraestrutura, recursos didático e humano e capacitação de professores, para secar as fontes de analfabetismo.

Paulo Freire foi um grande educador, que trouxe uma luz para a Educação de Jovens e Adultos. Ele desejou os efeitos de uma educação em sua totalidade, pois esta é o caminho para uma nova sociedade, para um novo sujeito.

A Educação de Jovens e Adultos deve ser construída nos direitos humanos e não na negligência das leis, cheia de lutas e conquistas, acreditando no Adulto e no Jovem, e, é claro na educação, com seu poder de transformação social. A escola deve transmitir segurança, respeito, pois, para esses alunos, é um lugar de crescimento pessoal, busca por profissionalização, bons relacionamentos, lazer e realizações.

A EJA não deve ser entendida como ensino noturno. É evidente que ela acontece, em sua maioria, no período da noite, mas ela deve ser entendida pelas suas características e especificidades do aluno que está em foco.

O homem é um ser inacabado, está sempre em processo constante de evolução e é nisso que o aluno do EJA está interessado, pois é um aluno curioso, que busca novos conhecimentos.

Portando, é necessário entender a heterogeneidade existente entre os alunos de Educação de Jovens e Adultos, respeitar as limitações e a realidade desse público, pois, muitas vezes, esse aluno, sem saber ler e escrever, aprendeu a encontrar um caminho para a solução de seus problemas.

Depois que o indivíduo passa a pertencer a uma cultura escrita, além de desenvolver habilidades técnicas, passa a fazer uma leitura de mundo mais ampla, sentindo-se capaz e inserido em todo o contexto social. Pessoas, usufruindo o direito de uma educação de qualidade, cidadãos com o pensamento crítico e consciente, talvez não se calassem com as desigualdades sociais e econômicas em que o país se encontra. Por isso, a educação é um ponto crucial para que mudanças positivas aconteçam para todos, principalmente para estes Jovens e Adultos, participantes do processo educativo em que se inserem.

6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOWICZ, Jaqueline (org.) *Para Além do Fracasso Escolar*. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação*. São Paulo: Moderna, 1996.

ARROYO, Miguel. A Educação de Jovens e Adultos em Tempos de Exclusão. *Alfabetização e Cidadania: Revista de Educação de Jovens e Adultos*. São Paulo: n. 11, p. 9-20, abr. 2001.

ARROYO, Miguel. Educação de Jovens e Adultos: Um Campo de Direitos e de Responsabilidade Pública. In: GIOVANETTI, Maria A.; GOMES, Nilma L. e SOARES, Leôncio (Orgs.). *Diálogos na Educação de Jovens e Adultos*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006, p.19-50.

BEISIEGEL, Celso de Rui. Considerações sobre a Política da União para a Educação de Jovens e Adultos Analfabetos. *Revista Brasileira da Educação*, São Paulo, jan/mar 1999.

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil* (de 16 de Julho de 1934). Disponível em:

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número IV Jul-dez 2011	Trabalho 07 Páginas 89-110
http://www.periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm. Acesso em: 10 de outubro de 2011.

BRASIL. *Constituição Política do Império do Brasil* (de 25 de março de 1824). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 10 de outubro de 2011.

BRASIL. *Decreto 5622/ 2005*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm. Acesso em 15 de março de 2011.

BRASIL. *Decreto nº 19.513*, de 25 de Agosto de 1945. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-19513-25-agosto-1945-479511-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 de julho de 2011.

BRASIL. EDUCAÇÃO, Ministério da. *PARECER nº 699/71*. Regulamenta o capítulo IV da Lei 5.692/71. 06 de julho de 1972. Constituição Federal de Educação. Rio de Janeiro.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em 10 de abril de 2011.

CARLI, Solange A. S. *Políticas Públicas para a EJA (Educação de Jovens e Adultos) no Sistema de Ensino de Belo Horizonte no Período de 1990/2000: Ordenamentos Legais e Efetivação Institucional*. 2004. 241 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2004. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Educacao_CarliSA_1.pdf. Acesso em 20 de agosto de 2011.

CARVALHO, Carlos Henrique de. *Histórico, Função Social e Formação do Educador da EJA*. Uberlândia: UAB/UFU, 2009.

CUNHA, Conceição Maria da. *Introdução – Discutindo Conceitos Básicos*. In: SEED-MEC. *Salto para o Futuro – Educação de Jovens e Adultos*. Brasília: MEC, 1999.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Legislação Educacional Brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número IV Jul-dez 2011	Trabalho 07 Páginas 89-110
http://www.periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

DI PIERO, M. C. & HADDAD, S. Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem de jovens e adultos no Brasil: contribuições para uma avaliação da década da Educação para Todos. Texto subsidiário a exposição realizada no / *Seminário Nacional sobre Educação para Todos: Implementação de compromissos de Jontiem no Brasil* (Brasília, DF: 10-11/06/1999), promovido pelo INEP/MEC, 1999.

DI PIERRO, Maria Clara; JÓIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Masagão. Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. *Cadernos CEDES*, Blumenau, ISSN 0101-3262, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5541.pdf>. Acesso em 10 de março de 2011.

DURANTE, Marta. *A Alfabetização de Adultos – Leitura e Produção de Textos*. Porto Alegre: Artemed, 1998.

FREIRE, Ana Maria Araújo. *Pedagogia dos Sonhos Possíveis*: Paulo Freire. São Paulo: UNESP, 2001.

FREIRE, Paulo. *Conscientização – Teoria e Prática da Liberdade*: Uma Introdução ao Pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Educação como Prática de Liberdade*. 19. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. 26. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. *Para Educadores*. 5. ed. São Paulo: Arte e Ciência, 2003.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*. 34 ed. São Paulo: Paz e Terra. 2006

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança: Um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Indignação: Cartas Pedagógicas e Outros Escritos*. São Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. *Educação de Jovens e Adultos, Educação Popular e Processos de Conscientização: Intersecções na Vida Cotidiana*. São Paulo: PUC, 2009.

FUCK, Irene Terezinha. *Alfabetização de Adultos: Relato de uma Experiência Construtivista*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

GADOTTI, Moacir. *A educação contra a Educação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GADOTTI, Moacir. *Pensamento Pedagógico Brasileiro*. São Paulo: Ática, 1987.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2000*. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>. Acesso em 04 de abril de 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2000*. Disponível em http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados_do_censo2010.php. Acesso em 08 de outubro de 2011.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Mapa do Analfabetismo no Brasil. Brasília: MEC/INEP, 2003. Disponível em: http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B3d805070-d9d0-42dc-97ac-5524e567fc02%7D_mapa%20do%20analfabetismo%20no%20brasil.pdf. Acesso em 23 de agosto de 2011.

LOUREIRO, J. L. *Educação de Adultos no Brasil: Legislação e Ideologia*. São Paulo: PUC, 1984.

MADEIRA, Vicente de Paulo Carvalho. O Desafio Fundamental do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania – PNAC. *Em Aberto*, Brasília, ano 10, n.50/51, abr./set. 1992. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/770/691>. Acesso em: 07 de setembro de 2012.

MARX, Karl. *O Capital*. Volume I. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção os Pensadores).

PAIVA, Vanilda. *História da Educação Popular no Brasil: Educação Popular e Educação de Adultos*. São Paulo: Loyola, 2003.

RIBEIRO, Vera Maria Masagão. *Educação de Jovens e Adultos: Proposta Curricular para o 1º Segmento do Ensino Fundamental*. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 1997.

ROCHA, Halline Fialho da; KARL, Helena de Azevedo; VEIGA, Marise Schmidt; GUIMARÃES, Michele. *As Práticas Educativas na Educação de Jovens e Adultos. Pedagogia em Foco*. Petrópolis, 2002. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/jovens01.html>. Acesso em: 10 de setembro de 2012.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1997.

SAVIANI, Dermeval. *A Nova Lei da Educação/ LDB: Trajetória, Limites e Perspectivas*. Campinas: Autores Associados, 1997.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1983.

SOARES, Leôncio J. G. A Educação de Jovens e Adultos: Momentos Históricos e Desafios Atuais. *Revista Presença Pedagógica*, v.2, nº11, Dimensão, set/out 1996.

SOARES, Leôncio J. G. *Educação ainda que Tardia: A Exclusão da Escola e a Reinserção em um Programa de Educação de Jovens e Adultos entre Adultos das Camadas Populares*. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Declaração de Hamburgo sobre a Educação de Adultos. Conferência Internacional sobre a Educação de Adultos – CONFINTEA, V, 1997. Hamburgo (Alemanha). In: *Declaração de Hamburgo: Agenda para o Futuro*. Brasília: SESI/UNESCO, 1999. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001297/129773porb.pdf>. Acesso em: 10 de setembro de 2011.

SOUZA, Gilson Luiz Rodrigues; SILVA, Luziene Aparecida da. *A Educação de Jovens e Adultos como Instrumento de Transformação Social*.

VÓVIO, Cláudia Lemos. *Viver, Aprender*. Educação de Jovens e Adultos (Livro 1) São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 1998.

VYGOTSKY, L. S. *A Formação Social da Mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.